

AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO
Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL /CBHSF)

Data: 06/02/2024

Local: Maceió/AL

Horário: 09h00 às 18h00.

Participantes:

	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Luiz Roberto Porto Farias (Coordenador)	UFAL – Universidade Federal de Alagoas
2	Larissa Cayres de Souza (Secretária)	SEMA/BA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
3	Mariana de Paula e Souza Renan (titular)	FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
4	Hilda de Paiva Bicalho (titular)	Instituto Guaicuy
5	Marcelo Silva Ribeiro (titular)	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte da Diamantina
6	Sonáli Cavalcanti Oliveira (titular)	CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
7	Rochaelly Xavier Trindade (titular)	Antônio Paiva dos Santos - Pesca
8	João Bastos Neto (titular)	AFAF – Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte
9	Ubirajara Rodrigues Xavier (titular)	Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMACE)
10	Willian César Ireno (titular)	ADAO - Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios
11	Vanessa de Castro Dória Melo	Psicultura Itaparica
CONVIDADOS/DEMAIS PARTICIPANTES		
12	Manoel Vieira	APV - Agência Peixe Vivo
13	Alyne Tavares	APV - Agência Peixe Vivo
14	Manuelle Gouveia	Tanto Expresso - Comunicação
15	PR. Lucas Horta	MPF - Ministério Público Federal
16	José Rodrigo Santos	Pescador – Baixo SF.
17	Almacks Luiz Carneiro	CBHSF
18	Anivaldo Miranda	CBHSF
19	Sheila Silva dos Santos	CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
PARTICIPAÇÃO ON LINE		
20	Manuella Maria Vergne (titular)	UNEB - Universidade do Estado da Bahia
NÃO COMPARECEU COM AUSÊNCIA JUSTIFICADA		
21	Sara Vécio Lemos	Colônia de Pescadores Z-12
22	Veridiana Araújo de Oliveira (suplente)	Psicultura Itaparica

1 **1. Abertura e verificação de quórum**

2 Com a palavra, o coordenador da CTIL, Sr. Roberto Farias, faz o *briefing* da reunião que está
3 sendo gravada em áudio e vídeo, e transmitida *on line* aos membros da CTIL que não
4 puderam estar presentes. Constatada a existência de quórum é declara aberta a reunião.
5 Em seguida o coordenador abre a palavra para apresentação de cada participante.

6 **2. Conflito suscitado pelo MPF/AL (Of. Nº335.2023/PRAL/GAB-4º)**

7 Roberto Farias explica que esta reunião foi marcada por decisão unânime da CTIL na reunião
8 anterior (out/2023) em razão da necessidade de seus membros obterem maiores
9 esclarecimentos sobre os diversos aspectos que o pedido de instalação de conflito feito pelo
10 MPF/AL envolve, razão por que a reunião contará com a participação do Dr. Lucas Horta,
11 Procurador da República do MPF/AL e do Dr. Emerson Soares, Prof. da UFAL e pesquisador,
12 autor da nota técnica que consta no Inquérito Civil – IC que subsidia o pedido de instalação
13 de conflito.

14 **2.1 Apresentação do conflito pelo MPF/AL - P R. Dr. Lucas Horta**

15 Com a palavra o representante do MPF/AL, Dr. Lucas Horta que contextualizou acerca do
16 início do Processo no âmbito do MPF/AL, no que solicitou o apoio técnico da UFAL, que
17 produziu a Nota técnica da qual a partir disso foi possível entender que o conflito de uso
18 estava bem delineado com os elementos necessários, tanto pelo viés das comunidades
19 ribeirinhas quanto pela questão de proteção dos ecossistemas no Baixo SF, para suscitar
20 a instalação de conflito ao CBHSF. Explica, ainda que seu âmbito de atuação é na área
21 ambiental, e por isso como o assunto afeta a população, foi instaurado procedimento
22 também no ofício do Promotor de Justiça Dr. Eliabe Soares. Que analisou os autos do
23 Processo de procedimento e que na reunião de 31/08/23 o assunto foi amplamente
24 discutido com os diversos atores envolvidos, representantes do CBHSF, IBAMA, FEPEAL,
25 ANA, CHESF e ONS e a partir disso, vendo que judicializar o tema de matéria coletiva
26 levaria muito mais tempo para resolver o conflito, então ao tomar conhecimento da
27 Deliberação CBHSF nº145/2023, que institui o Procedimento Administrativo para a
28 Resolução de Conflitos pelo Uso de Recursos Hídricos – PARH no âmbito CBHSF,
29 normativa essa que já veio atender ao disposto na lei 9433/97, art. 38, que institui os
30 comitês de bacia para arbitrar em primeira instância os conflitos de uso de recursos
31 hídricos, de forma que entendeu que o assunto deveria ser tratado pelo CBHSF até para
32 que, concretizando entendimento a esse assunto, será possível tratar outras questões no
33 futuro. Disse também que quando foi convidado para esta reunião por motivo da Câmara
34 Técnica não ter admitido a análise do conflito, ficou surpreso, uma vez que própria
35 natureza jurídica da formação do Comitê prevê esse papel, e pede para lê o trecho do
36 processo que fica claro o posicionamento da procuradoria as fls. 159 do IC (leitura feita),
37 desta forma enfatiza que a análise do PARH poderá ser determinante para substanciar
38 até um mudança na normativa da ANA que alega que aplica determinados critérios para
39 alteração de vazão, mas que na prática impacta o ecossistema e por sua vez as
40 comunidades ribeirinha que subsistem na região.

41 **Debates**

42 Larissa Cayres questiona ao Procurador sobre em que contexto foi apresentado ao CBHSF
43 a demanda de 13/09/2022. O Procurador da República esclarece que oficiou a diversos
44 órgãos, inclusive o CBHSF, que enviou sua resposta que consta nos autos. Com a palavra
45 o Dr. Emerson Soares, que agradece e inicia sua apresentação, a qual mostra os diversos

46 danos ambientais identificados durante a expedição do rio São Francisco causados pelas
47 variações das vazões no baixo SF. Apresenta dados científicos na fauna, flora, e qualidade
48 da água no rio SF, níveis alarmantes de cianobactérias, que afetam diretamente o
49 abastecimento dos municípios ribeirinhos em questão de pouco tempo. Fala, ainda,
50 sobre dados alarmantes de microplásticos que já foram identificados em níveis gigantes
51 na região do baixo SF. Fala também sobre o projeto da expedição do SF, que ainda não
52 consegue fazer o monitoramento da região porque não tem continuidade efetiva da ação
53 e sugere que as instituições que se utilizam do Rio SF deveriam investir no
54 monitoramento. Cita as condições do desequilíbrio ambiental das piramiteiras no
55 município de Piranhas que são problema ligado a alterações de vazão e que pode piorar.
56 Explica que uma baixa vazão gera, ainda, doenças e impactos diretos na saúde pública
57 das populações ribeirinhas com solos mais pobres, eruditos e pequenas nascentes das
58 regiões degradadas e afluentes também degradados, elevando a altos índices de
59 sedimentos, uma vez que a baixa vazão diminui a diluição da água, mas o nível de
60 esgotamento dos municípios continua crescendo e por sua vez a concentração de
61 poluentes lançados no rio, afetando diretamente a questão de saúde pública das
62 comunidades. Explica sobre a identificação de metais pesados no afluente Traipu, com
63 alta carga de contaminantes. Cita diversas atividades econômicas que contam com o uso
64 de agrotóxicos e outros contaminantes que são desenvolvidos na região dos afluentes
65 também. Todos estes problemas causados pelas rápidas alterações de vazão. Com a
66 palavra o Sr. José Rodrigo Vieira, que ressalta a questão dos diversos prejuízos financeiros
67 sofridos em sua atividade de pesca na região, em virtude das abruptas variações das
68 vazões do rio que alteram o ecossistema e deixa seu apelo aos 'responsáveis' para que
69 considerem o quanto prejudica os pescadores da região para solucionar o problema logo.
70 Com a palavra o Sr. Anivaldo Miranda, Coordenador da CCR do Baixo SF, que disse que o
71 CBHSF já recebeu uma demanda de conflito de uso também sobre baixa vazão do rio,
72 que se tratava de um conflito duradouro que envolvia salinização e baixa navegação e
73 com muito esforço foi solucionado. Com a palavra Hilda Bicalho, que questiona se é papel
74 da Câmara técnica pedir mudança na legislação, pois a mudança de vazão da CHESF foi
75 dentro dos limites estabelecidos na legislação vigente, pois não vê outra forma de buscar
76 solução para a situação. Com a palavra o Secretário do CBHSF, Sr. Almacks Luiz, que disse
77 que falta políticas públicas sobre águas subterrâneas, que as questões estão interligadas
78 e a pauta implica em solucionar o conflito em questão da brusca redução da vazão do
79 Xingó, fala sobre a importância de acompanhamento da sala de monitoramento do SF,
80 faz um contexto histórico e político, que o foco principal da questão suscitada pelo
81 conflito tem uma solução possível. O PR. Lucas Horta disse que pelo que entendeu das
82 perguntas o foco da reunião ainda é a admissibilidade, apesar de já ter falado, repete que,
83 a questão gira sobre a variação da vazão e os seus efeitos, e a importante fala do
84 secretário, que apesar da lei de Recursos Hídricos, o operador é constituído apenas de
85 atores com interesses e é necessário revisar essa normatização onde a CTIL pode
86 alcançar uma carga resolutiva, mas a arbitragem administrativa da CTIL vai trazer foco a
87 resolução. Que o processo tem diversos mecanismos apresentados para fundamentar
88 mudança até com a comunicação da sala de monitoramento trazendo um controle que
89 envolva todos. Disse ainda que através de Processo Administrativo das diversas matrizes,
90 chama atenção que a lei de águas nº 9433, e o PARH que traz mais luz, e lê o normativo

91 (leitura feita). O trabalho da comissão processante é trabalhar diagnóstico e propor
92 soluções e trazer foco e luz para questão. indicar a solução ainda que não tenham poder
93 coercitivo. Com a palavra o Prof. Emerson Soares, disse que, o controle é complexo,
94 sendo pragmático. O que é apresentado pela CHESF é dentro da legislação que nasceu
95 da crise de 2014, mas que na prática fazendo pesquisa de campo, tanto quanto a análise
96 comportamental dos peixes ou conversando com pescadores, se observa que a vazão
97 alterar entre 1m/ 1,5m em 24h é inadmissível. Que a sala de monitoramento o CBHSF
98 sequer tem poder de voto, precisa ser democratizado. Que a comunicação não é
99 suficiente e cita como exemplo que já precisou ajudar a tirar um barco do rio, porém o
100 bioma já seria prejudicado e não se recupera. Este é um problema que se acumula. O Sr.
101 José Rodrigo, pescador da região afetada, disse que o IBAMA não fiscaliza nem o defeso
102 quanto mais as alterações diárias das vazões. Com a palavra, Sonáli Cavalcanti,
103 representante da CHESF, ratificou posicionamento emitido durante as reuniões
104 anteriores, fazendo novamente, um breve resumo a respeito das variações de vazão que
105 têm ocorrido a jusante da UHE Xingó, decorrentes do atendimento às necessidades do
106 Sistema Interligado Nacional – SIN, em função da otimização energética envolvendo as
107 diversas regiões do País, de acordo com o que é definido pelo Operador Nacional do
108 Sistema Elétrico – ONS, a quem compete o planejamento, a programação da operação e
109 o despacho centralizado da geração. Citadas variações de vazão têm ocorrido em virtude
110 do aumento expressivo da geração eólica, que requer, para compensar a sua
111 instabilidade, a variação da geração hidráulica. Expressou tratar-se de um assunto de
112 grande complexidade, que envolve a região do Baixo São Francisco e as demais regiões
113 do País. Observou que cabe ao Comitê de Bacia no âmbito de sua área de atuação,
114 arbitrar em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados a recursos
115 hídricos. Ocorre que a questão apresentada pelo MP envolve pescadores, ribeirinhos, a
116 Chesf, o ONS, a ANA, o Ibama. No entanto, entende-se que o conflito suscitado extrapola
117 a área de atuação do Comitê do São Francisco, vez que diz respeito à produção de energia
118 para atendimento às diversas regiões do País, devendo ser tratado em nível ministerial,
119 por se tratar de um assunto que está afeto à política energética do País, assim como as
120 questões levantadas pelo professor Emerson, que dizem respeito à política de saúde
121 pública. A operação do Sistema, não é feito olhando-se apenas o interesse do Setor
122 Elétrico, existem regras, diretrizes e restrições que são seguidas para operar o
123 reservatório para gerar energia, porém, dentro de um contexto de uso múltiplo da água,
124 e isso está expresso nas restrições que existem, por exemplo: em Xingó pode variar 300
125 m³/s em 1 hora e 800 m³/s num espaço de 10 horas. Se as restrições precisam ser revistas,
126 considerou ser uma discussão que deva ocorrer em nível ministerial, porque conforme
127 dito anteriormente, envolve políticas públicas: energética e de saúde. Pontua que colocar
128 as questões apresentadas querendo associá-las fortemente às vazões como causa
129 principal, é querer que a operação dos reservatórios funcione como uma vassoura para
130 o Baixo São Francisco, e isso não é o ideal, não resolve, é preciso chegar no cerne da
131 questão: saúde pública, tratamento de esgoto, questão do agrotóxico, dos metais
132 pesados. Ratificou que considera haver espaço para melhorias no processo, porém, em
133 se tratando de questão complexa que envolve a região do Baixo São Francisco e as demais
134 regiões do País, há que se pensar em formas de otimizar a operação do SIN, considerando
135 na modelagem utilizada, parâmetros que minimizem os efeitos hoje observados no rio.

136 Sugeriu novamente que a Academia poderia se debruçar sobre o assunto na busca de
137 soluções, e que seria bom uma discussão sobre como prover o atendimento da demanda
138 de energia para as diversas regiões do Brasil, sem impor para determinado
139 Concessionário e determinada região do País, o peso do custo da otimização da operação
140 do SIN, vez que a Chesf responde a processos por conta dessa operação. Considerou que
141 o caminho mais célere para solução da questão poderia ser nova discussão no âmbito da
142 Resolução ANA nº 2.081/2017, como colocado em uma das recomendações da UFAL em
143 sua Nota Técnica. Em relação ao Comitê Gestor dos Fundos Regionais para Revitalização
144 das bacias hidrográficas definido no âmbito da Lei de desestatização da Eletrobras, diz
145 ainda que entende que o CBHSF é sim para compor o referido fundo gestor da Eletrobras.
146 Fala de recursos para financiamento de projeto. Elogia o projeto Expedição do SF. E diz
147 que o problema apresentado de saúde pública não é causado apenas pela baixa vazão,
148 mas também, e não menos importante, pelo esgotamento que só mostra que este é um
149 problema complexo de vários agentes. Sobre o voto da sala de monitoramento da ANA,
150 pontuou que não tem voto nesse fórum e que a participação é aberta e virtual. Mariana
151 Renan ratificou posicionamento expresso na reunião de 26 e 27/10/2024 considerando
152 faltar subsídios para suscitar e instaurar um processo de conflito de uso, ponderando ser
153 necessária uma investigação mais profícua, vez que a questão trata de um funcionamento
154 de usina, com base em matéria jornalística. Considerou necessária uma rediscussão com
155 a comunidade científica (Resolução ANA nº 2.081/2017) e ampliação do monitoramento,
156 conforme sugerido na Nota Técnica da UFAL. Expressou ter dúvidas de que uma discussão
157 no âmbito da CTIL resolveria o assunto, considerou necessário maior reflexão, não tem
158 base territorial definida nesse

159 Processo sendo, também, ausente o nexo de causalidade que venha a justificar a abertura
160 de processo administrativo segundo solicitado pelo MPF. João Bastos pergunta sobre a
161 não observação da vazão ecológica na operação do sistema pois em sua região tem um
162 problema parecido com vazão, de chegar a secar o rio e na época não tiveram condições
163 de resolver a questão, devastaram a ecologia na região da barragem de Mirorós,
164 administrada pela CODEVASF, e ressalta a fala do Prof. Emerson sobre os prejuízos a
165 ictiofauna. Que a conta da regularização de energia leva em consideração a
166 biodiversidade. Abaixo da vazão ecológica só se for risco de desabastecimento ecológico.
167 Prof. Emerson Soares endossa que é preciso atrelar a exploração dos recursos hídricos
168 ao passivo ambiental. Com a palavra José Rodrigo, pede a fala para pedir atenção sobre
169 a temática e canta um trecho de um entoada aos presentes. O coordenador Roberto
170 Farias finaliza os debates e trabalhos do período da manhã. Retorno as 14:30h.

171 **3. Leitura e Aprovação da ajuda-memória referente a última reunião do grupo CTIL** 172 **realizada dias 26 e 27 de outubro de 2023 em Belo Horizonte/MG**

173 É realizada a leitura da minuta da ajuda-memória da reunião dos dias 26 e 27/10/2023 já
174 com as contribuições e correções da Sra. Sonáli Cavalcanti (CHESF) que explana sobre as
175 contribuições enviadas no documento e sem mais adesões dos presentes foi aprovada por
176 unanimidade pelo grupo.

177 **4. Análise do Parecer de admissibilidade do Conflito suscitado pelo MPF/AL (Of. do** 178 **MPF nº 335/2023/PRAL/GAB-4º)**

179 Com a palavra a Sra. Manuella Vergne, que diante das novas informações trazidas nesta
180 reunião, com os esclarecimentos prestados pelo PR. Lucas Horta, a apresentação do Prof.

181 Emerson Soares sobre os impactos ambientais negativos advindos da variação das
 182 comportas da hidrelétrica e as declarações do Pescador Sr. José Rodrigo sobre a realidade
 183 negativa vivenciada com esta situação no região do baixo SF, levantaram questões que
 184 gostaria de revisitar, principalmente quanto a competência do CBHSF, pelo que solicita ao
 185 Coordenador Roberto Farias prazo para apresentação do parecer da qual é relatora. Após
 186 deliberação, a CTIL resolve estender a todos os membros o envio de contribuições para
 187 construção do parecer técnico a partir do novo entendimento apresentado e define o **Dia**
 188 **01/03/2024** como prazo final para envio de contribuições, devendo ser enviadas para o e-
 189 mail manuelvergne@hotmail.com e o dia **08/03/2024**, como prazo final da relatora para
 190 enviar sua conclusão para e-mail do Coordenador da CTIL. Ao final da reunião a Analista da
 191 APV, Alyne Tavares, enviará a apresentação do Prof. Emerson Soares por e-mail ao grupo
 192 juntamente com o link da filmagem da reunião e demais materiais apresentados em reunião.

193 **5. Assuntos gerais;**

194 Roberto Farias diz que recebeu da DIREC após reunião realizada nos dias 01 e 02/02 em Belo
 195 Horizonte/MG, demanda para formar um Grupo de Trabalho da CTIL juntamente a CTAI,
 196 contando com dois (02) membros de cada CT para trabalhar na atualização da Norma que
 197 trata do Processo Eleitoral do CBHSF, e abre o convite aos integrantes que se interessarem.
 198 São eleitas Manuella Vergne e Vanessa Melo por unanimidade para representar a CTIL no
 199 referido GT. Com a palavra Sonáli Cavalcanti, que comunica a sua saída formal da CTIL, ao
 200 passo que pede o registro da nova representante da CHESF que a substituirá, a Sra. Sheila
 201 Santos, seguido de agradecimento ao grupo. Roberto Farias agradece e parabeniza a
 202 participação de Sonáli e sugere que o local da próxima reunião CTIL, prevista para 3ª semana
 203 de março/2024, seja realizada em Recife/PE, a fim de que possa permitir a participação de
 204 Sonáli como homenageada e ainda a convida para retornar à composição da CTIL como
 205 representação de sociedade civil no âmbito do CBHSF, numa futura gestão.

206 **6. Encerramento.**

207 Findo os trabalhos, o Sr. Anivaldo Miranda entrega um (01) exemplar do Livro de sua autoria
 208 Lições do Velho Chico para cada membro presente na reunião. Sem mais assuntos para
 209 tratar, o coordenador Sr. Roberto Farias agradece a presença de todos e declara encerrada
 210 a reunião.

211 **Abaixo quadro resumo dos encaminhamentos.**

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1.	Encaminhar via e-mail aos membros da CT material definições estabelecidas para tratar do conflito.	Alyne - APV	Imediato Atendido

213

214

215

Maceió/AL 06 de fevereiro 2024.

216

217

218

Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

Larissa Cayres de Souza
Secretária da CTIL

219